

“É o que Penso, Mas Talvez me Engane”: Notas sobre o Crítico Graciliano Ramos

*Luís Bueno*¹

Resumo: Este artigo objetiva apresentar, a partir de textos de crítica de Graciliano Ramos, a posição específica do autor no debate literário e político de seu tempo. Esta pode ser examinada como um “desacordo no acordo” com os intelectuais de esquerda, de quem se aproximava ideologicamente e mantinha, ao mesmo tempo, independência.

Palavras-chave: Graciliano Ramos. Crítica. Romance.

Abstract: This article aims at presenting as from the critical texts by Graciliano Ramos the specific position of the author in the literary and political debate of his time. It can be considered as a “disagreement in accordance” with the well-known intellectuals partisans of the left of whom he had at the same time approached ideologically and differed.

Keywords: Graciliano. Critic. Novel.

É certo que as criaturas que nos rodeiam são ordinárias, mas também pode ser que o Raskolnikoff e a Sônia de Dostoiévski fossem na realidade um assassino comum e uma prostituta vagabunda, sem nenhuma espécie de grandeza. Vendo-se impressos, talvez não se reconhecessem.

(Graciliano Ramos, “Um romancista do nordeste”).

Só conseguimos deitar no papel os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso não há nada.

(Graciliano Ramos, carta a Marili Ramos de 23/11/1949).

¹ Professor da Universidade Federal do Paraná, é autor de *Uma história do romance de 30* (Edusp/Ed. Unicamp, 2006). Em 2007, coorganizou *A Confederação dos Tamoios* – Edição fac-similar seguida da polémica sobre o poema (UFPR, 2007), idealizada nos 150 anos de comemoração ao épico de Gonçalves de Magalhães.

Graciliano Ramos não exerceu a crítica de modo continuado, mas publicou um conjunto de textos que não podem ser classificados de outra forma que não como de crítica. Sua atividade mais intensa nesse campo se deu entre 1937 e 1939, logo após sair da cadeia e começar sua vida no Rio de Janeiro. É natural que seja assim, já que se trata de período em que contribuiu, com certa assiduidade, nos jornais, como forma de ganhar algum dinheiro para manter-se na capital². Mas ele se ocupara disso antes e voltaria a ocupar-se depois. No entanto, desse conjunto pouco numeroso – cerca de 30 artigos – é possível extrair uma visão bastante coerente do que seria romance para ele³. E isso não é tão comum naqueles tempos, em que o ofício era praticado em condições pouco favoráveis, na correria do rodapé ou da coluna semanal, ao sabor dos lançamentos – e sem maiores necessidades de sistematização. Lafetá (1974), por exemplo, em seu estudo sobre a crítica na década de 30, constata uma ausência de critérios perceptíveis nos textos de um outro romancista que praticou a crítica, Octávio de Faria, ainda que vá encontrá-los dispersos aqui e ali, inclusive na sua prática ficcional.

Não que Graciliano Ramos chegue a definir explicitamente o que seria o romance para ele, mas, como se disse, faz uso de certas ideias-chave que revelam uma visão sólida do que seja o gênero. É evidente que esses textos são atravessados, todo o tempo, pelo debate ideológico da época. Se a leitura de Lafetá o leva a afirmar que, em Octávio de

² As cartas que escreveu para sua mulher e para seus tradutores argentinos dão claro testemunho das dificuldades financeiras de Graciliano nesse período (ver RAMOS, 1994, p. 170-202; MAIA, 2008).

³ Consideramos de crítica literária os seguintes textos, que indicamos em sua publicação em livro: em *Linhas tortas* (RAMOS, 1962): “O romance de Jorge Amado”, p. 94-98, 17/02/1935; “Porão”, p. 99-101, 07/1937; “Livros”, p. 106-107, s.d.; “Os amigos de Machado de Assis”, p. 108-110, s.d.; “Machado de Assis”, p. 111-112, s. d.; “Uma personagem sem-vergonha”, p. 113-115, s.d.; “Uma personagem curiosa”, p. 116-117, s.d.; “As mulheres do sr. Amando Fontes”, p. 118-119, s.d.; “Bahia de todos os santos”, p. 120-121, s.d.; “Classe média”, p. 122-123, s. d.; “Norte e sul”, p. 138, 04/1937; “Caminho de pedras”, p. 141-142, s.d.; “Pureza”, p. 143-145, s.d.; “Romances”, p. 148-149, s.d.; “Justificação de voto”, p. 150-154, s.d.; “Um livro inédito”, p. 155-156, s.d.; “O romance das tuberculosas”, p. 165-166, s.d.; “Conversa de livraria”, p. 167-168, s.d.; “O teatro de Oswald de Andrade”, p. 169-170, 09/1937; “Os sapateiros da literatura”, p. 190-191, s.d.; “Os tostões do sr. Mário de Andrade”, p. 192-193, 1939; “Alguns tipos sem importância”, p. 196-199, 08/1939; “Conversa de bastidores”, p. 249-252, 16/05/1944; “O fator econômico no romance brasileiro”, p. 256-262, 09/12/1945; “Antônio Olavo”, p. 265-267, 06/08/1950; “Simão Dias”, p. 273, s.d.; “Dois mundos”, p. 274-276, s.d. Em *Garranchos* (RAMOS, 2012. Org. de Thiago Mío Salla): “Um romancista do nordeste”, p. 133-136, 20/07/1934; “O romance do nordeste”, p. 138-141, 10/03/1935; “A literatura de 30”, p. 146-147, s.d.; “Jorge Amado”, p. 155-157, s.d.; “Um livro inédito II”, p. 179, s.d.; “Decadência do romance brasileiro”, p. 262-267, 12/1941.

Faria, haveria “um disfarce ideológico sob a aparência desinteressada e objetiva” (LAFETÁ, 1974, p. 183), no caso de Graciliano, esse disfarce não há. O que há é um compromisso ideológico claro de esquerda, sem pretensão de desinteresse, mas que se desvia aqui e ali do que em geral os intelectuais de mesmo enquadramento consideravam bom romance. Essa independência do escritor permite que ele chegue a avaliações que destoam da visão geral da crítica (e não só a de esquerda). Sua resenha de *Pureza*, de José Lins do Rego, é exemplo claro disso. Quando o livro surgiu, em 1937, todos apontaram uma diferença em relação aos volumes do chamado ciclo da cana-de-açúcar. Graciliano Ramos, no entanto, viu uma continuidade que parece bastante palpável. Dá o devido relevo ao fato de que não só o protagonista, Lourenço, pertence a uma tradicional família de senhores de engenho – o pobre chefe da estação de trens da localidade de Pureza, onde Lourenço vai buscar a cura de uma doença do pulmão, também faz parte da linhagem dos tradicionais Cavalcantis. Isso o leva a concluir: “Os primeiros romances de Lins do Rego tratam da decadência econômica da família rural do nordeste. Vemos agora a decadência moral da mesma família. *Pureza* completa admiravelmente o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*” (RAMOS, 1962, p. 145).

Esse desacordo no acordo, no entanto, tem consequências que vão muito além do julgamento pontual desta ou daquela obra, e estrutura, ajudando-nos a compreendê-la, a posição específica da crítica de Graciliano Ramos no debate literário – que é também explicitamente político – de seu tempo.

Começemos pelo acordo. Em abril de 1937, o escritor alagoano escreveria “Norte e sul”, um texto polêmico – tanto que acabou merecendo resposta do próprio Octávio de Faria – que se assentava na polarização entre autores de esquerda e direita, aqueles usualmente referidos como do norte e estes do sul. Depois de afirmar que a geografia nada teria com isso, lança: “O que há é que algumas pessoas gostam de escrever sobre coisas que existem na realidade, outras preferem tratar de fatos existentes na imaginação” (RAMOS, 1962, p. 138). Sua simpatia, é evidente, fica com os primeiros. Aos segundos acusa de “inimigos da

vida”, acrescentando, mordaz: “Querem que se fabrique nos romances um mundo diferente deste, uma confusa humanidade só de almas, cheias de sofrimentos atrapalhados que o leitor comum não entende. Põem essas almas longe da terra, soltas no espaço. Um espiritismo literário excelente como tapeação” (RAMOS, 1962, p. 139).

Os termos em que o artigo se coloca são os que se esperavam no momento, ou seja, colocando em um polo realidade e no outro, imaginação –. No ano seguinte, Rodrigues Alves Filho lançaria um livro sobre o tema que se chamaria exatamente *O sociologismo e a imaginação no romance brasileiro* (1938), assim como, alguns anos antes, Gilberto Freyre saudara os novos romancistas “do norte”, afirmando que seus livros se caracterizavam por um “tom de reportagem social e quase sociológica” (FREYRE, 1936, p. 15).

A resposta de Octávio de Faria também fica no campo do esperado. Se a literatura que o autor de *Mundos mortos* apreciava fora caracterizada de “espiritismo literário”, a que o autor de *S. Bernardo* apreciava seria definida por ele como “obras de propaganda esquerdista, de documentários sociológicos (“tendenciosos ou não”), de geografia pitoresca” (FARIA, 1937, quarta seção, p. 1). Em suma, ambos negam que o problema seja uma oposição entre norte e sul e reafirmam suas posições em termos que, de maneira geral, eram familiares para quem acompanhava o debate literário daqueles anos.

Acontece que, para além da provocação deste “Norte e sul”, Graciliano Ramos utilizaria a proximidade com o real como uma espécie de conceito ativo em sua crítica. É possível transformá-lo em conceito crítico porque sempre aparece aliado a outro elemento, este de estilo, de arte literária: a escrita direta, concisa. Note-se que a economia verbal é um ponto fundamental para ele – e, quase nem é preciso acrescentar, marca de sua própria escrita. Com base nesse princípio, ele dirá sobre Dinah Silveira de Queirós, em sua estreia com *Floradas na serra*: “a jovem paulista não escreve bem” (RAMOS, 1962, p. 138). E cita um breve período, de 18 palavras, extraído do livro, em que a preposição “para” aparece cinco vezes.

A conexão entre proximidade ao real e concisão está na base de um artigo publicado três meses depois de “Norte e sul” e dedicado a um trabalho de Newton Freitas, “Porão”, acerca do qual dirá:

Newton Freitas conta uma história pavorosa em linguagem simples. Alguns idiotas que admiram o palavreado ficarão surpreendidos, mas a gente sensata achará nele a expressão justa que produz emoção e convence.

Digamos que não se trata de literatura. Esta palavra no mundo inteiro exprime qualquer coisa séria, mas aqui se acanalhou, desgraçadamente. Porão é muito boa literatura, mas, para não prejudicá-lo, convençamos o público de que é apenas reportagem (RAMOS, 1962, p. 99).

Como se trata de história passada na cadeia, o crítico tem experiência profunda e recente para atestar aquela ligação ao real — “sou um dos que podem atestar as misérias, as infâmias que aqui se praticaram em 1936” (RAMOS, 1962, p. 99)—, sem, no entanto, que isso baste para que o trabalho em análise possa ser considerado boa literatura. Isso só foi alcançado pelo uso econômico da linguagem. E a ideia de “expressão justa” ajuda a construir um conceito de economia verbal que recusa não apenas as repetições de Dinah Silveira de Queirós, mas também os excessos verbais de outra natureza. A isso ele se referirá repetidamente como linguagem “campanuda”. Ele localizará esses excessos em *Seção*, a versão inicial de *Sagarana*, apresentada em concurso da José Olympio, no qual atuara como jurado, e explicam seu voto contrário ao livro: “dois contos e algumas páginas campanudas, entre elas uma que cheira a propaganda de soro antiofídico, me deram arrepios” (RAMOS, 1962, p. 155).

Mas é preciso notar que o julgamento do que seja ou não excesso não se restringe à mera contabilidade. Se aqui e ali Graciliano chega a condenar o uso exagerado de adjetivos, é capaz também de reconhecer no excesso um procedimento que pode ter sentido – em outras considerações sobre Guimarães Rosa, agora em um artigo saído na época da publicação de *Sagarana*, isso ficará bem claro – e, mais uma vez, ser ligado à aproximação com o real:

Esse doloroso interesse de surpreender a realidade nos mais leves pormenores induz o autor a certa dissipação naturalista – movimentar, por exemplo, uma boiada com vinte adjetivos mais ou menos desconhecidos do leitor, alargar-se talvez um pouco nas descrições. Se isto é defeito, confesso que o defeito me agrada (RAMOS, 1962, p. 252).

Como se nota perfeitamente aqui, a concisão não é um fetiche para o escritor alagoano. É um caminho preferencial, mas que, às vezes, pode não ser o mais adequado. Só uma visão, assim, aberta, é que pode reconhecer no estilo de Guimarães Rosa – que certos críticos reputam como o antípoda do seu próprio –, ao qual não repugna o excesso, sentido e valor a algo que ele próprio enuncia como “defeito”. Graciliano embirra é com a exposição gratuita de virtuosismo verbal, a ponto de igualar escritores do passado e seus contemporâneos modernistas. É sobre isso que ele se alongará nas considerações sobre o livro de contos de Aurélio Buarque de Holanda, *Dois mundos* (1942):

Vistas, julgadas, condenadas com rigor e sem apelação numerosas obras nacionais, decidiu-se que todas se achavam redigidas em português direito – e isso se considerou uma das razões da falência delas. Tornou-se a razão principal, chegou a ser a razão única. [...] Não se provou a ruindade completa dos livros postos no índice. Alguns tinham páginas legíveis. Também não se demonstrou existir neles ausência de incorreções. Vários capengavam. Mas foram reputados inteiramente corretos – e péssimos. Essas generalizações muitas vezes são indispensáveis, quando alguém precisa defender tese difícil. Originou-se uma certeza – e sobre ela se ergueu parte de nossa literatura contemporânea. Liberdade. Carta de alforria. Abaixo o galego. Os direitos do homem. Caímos no exagero. Desejando libertar-nos, reforçamos a dependência escrevendo regularmente contra as normas (RAMOS, 1962, p. 274).

Ao louvar a correção da escrita de Aurélio Buarque de Holanda, que em seu entender tem “as palavras que o sentido requer, instaladas nos lugares convenientes e com as flexões exigidas pela regra” (RAMOS,

1962, p. 274), o que ele faz é repelir o que lhe parece ser o puro jogo formal – “enfeites”, para usar palavra que usa recorrentemente – sejam eles de que tipo forem. Mas como com Graciliano Ramos nada é simples, mesmo a noção de “correção” precisa ser vista com calma. A correção de sua própria língua de romancista não afasta o uso de termos extraídos da oralidade e mesmo dos palavrões. Ao justificar o voto dado ao conto “Coração de D. Iaiá”, de José Carlos Borges, em um outro concurso de contos, este promovido pelo jornal *Dom Casmurro*, o escritor irá tratar do problema da ligação da literatura com o real por meio da noção de verossimilhança. O conto é composto por uma sequência de cartas de uma senhora que vive no interior, D. Iaiá, dirigidas ao filho, que estuda no Recife e estaria namorando uma moça “mal falada”. Essas cartas são escritas com o que poderíamos classificar como “correção”, mas também com as “incorreções” da oralidade, tais como o uso do pronome reto no lugar “inconveniente” de objeto – “Seu pai proibiu ele de ir tão cedo” – ou a regência estropiada do pronome relativo – “Por que não estuda muito aquela matéria que está com nota baixa?” (BORGES, 1939, p. 3).

Se Graciliano indica o conto como o primeiro colocado no concurso é porque o considerou bom, e eis o que nos diz sobre sua linguagem:

Se ele [o autor] nos exibisse os bilhetes dessa criatura com a sua ortografia e a sua pontuação, a história seria horrorosa. A redação não é da velha, mas parece-nos que é. A correspondência tem, portanto, verossimilhança, uma verossimilhança obtida à custa de repetições oportunas e dum vocabulário pequeno, presumivelmente o que adotam as senhoras de escassos recursos intelectuais e muita devoção. O sr. José Carlos Borges repetiu as frases indispensáveis (RAMOS, 1962, p. 154).

Segundo ele, então, as incorreções, se cruamente reproduzidas, redundariam em fracasso da narrativa. Ora, isso não implica que a forma de se expressar do narrador tivesse que ser completamente aplainada em nome da correção, alçada a critério absoluto. Se isso fosse feito, o pacto com o real, a verossimilhança, estaria quebrado e a história seria

“horrível” por outro motivo. O compromisso entre as duas coisas – correção e concisão de um lado, ligação ao real por outro – é o que garantiu o voto de Graciliano Ramos a esse conto.

O apego ao real, para ele, portanto, não se confunde com o fetiche documental, como Octávio de Faria poderia fazer crer, ou com fanatismo de grupo político ou literário. Trata-se, isso sim, de uma forma radical de encarar a literatura e a seriedade da tarefa do escritor. Há em Graciliano Ramos uma consciência profunda da responsabilidade que têm aqueles que se dedicam à literatura. Essa consciência se manifesta em um de seus mais contundentes artigos, “Decadência do romance brasileiro”, em que ele denunciará o acomodamento dos escritores brasileiros no início dos anos 1940, exatamente dos que lhe eram mais próximos: Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego e Amando Fontes. A provocação, que em “Norte e sul”, visava aos escritores “do sul”, agora se volta para os do “norte”. Quem lê sua produção crítica em ordem cronológica pode se surpreender com os julgamentos ali expressos.

Em 1937, ele se espantara com os ataques que o romance *Caminho de pedras*, de Rachel de Queiroz, recebera na imprensa.⁴ E publica um artigo elogioso sobre o livro, em que ataca “os figurões gordos” – que se identificam com os “inimigos da vida” de “Norte e sul” (RAMOS, 1962, p. 141-142.). Da mesma maneira, em um artigo sobre Oswald de Andrade, compara o escritor paulista a José Lins do Rego, e fecha o texto com uma referência elogiosa a *Riachão Doce*: “José Lins nunca foi à Suécia, creio eu. Entretanto é na Suécia que se localiza a primeira parte do seu último livro, um romance magnífico” (RAMOS, 1962, p. 168).

Em 1941, esses livros aparecerão sob uma ótica muito diferente em “Decadência do romance brasileiro”. Aqui, a questão não é mais a de formar corpo contra uma visão de literatura localizada como oposta ou incompatível – que aqui tipificamos grosseiramente em Octávio de

⁴ “Uns sujeitos desconhecidos têm atacado estupidamente o *Caminho de Pedras*. Ainda ontem *O Jornal* trouxe uma coisa besta que tentava escangalhar esse livro, uma opinião integraloide como a de Sucupira” (RAMOS, 1994, p. 187).

Faria –, mas a de incitar os confrades que enfileiravam com ele a retomar algo que haviam perdido. Neste novo contexto, então, o julgamento muda. *Caminho de pedras* é descrito como “livro demagógico. Tem partes excelentes – a morte de uma criança, o monólogo de uma criatura que deixa o marido – mas quase sempre é intencional e frio” (RAMOS, 2012, p. 264). Já o romance de José Lins do Rego seria criticado exatamente por aquilo que fora elogiado: “a primeira parte de *Riacho Doce* passa-se toda na Suécia. Embrenhando-se nessas regiões desconhecidas, José Lins do Rego repetiu muito do que já havia dito” (RAMOS, 2012, p. 265).

A explicação para essa mudança de opinião vem daquilo que ele descreve, no fecho do artigo, como um enorme recuo desses confrades:

Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambição. Contaram o que viram, o que ouviram, sem imaginar êxitos excessivos. Subiram muito – e devem sentir-se vexados por terem sido tão sinceros. [...] Não conseguem recobrar a pureza e a coragem primitivas. Transformaram-se. Foram transformados. Sabem que a linguagem que adotavam não convém. Calam-se. Não tinham nenhuma disciplina, nem na gramática, nem na política. Diziam às vezes coisas absurdas – e excelentes. Já não fazem isso (RAMOS, 2012, p. 266-267).

Linguagem e posição ideológica se mesclam. As “inconveniências” e a indisciplina seriam sim necessárias, tanto as políticas quanto as gramaticais – o “absurdo” estaria mesmo na base da excelência desses escritores, e era isso que espantava os tais “senhores gordos”. O problema de *Caminho de pedras* e *Riacho doce* residiria na artificialidade de sua construção, baseada em um posicionamento político prévio, no caso de Rachel de Queiroz, ou em algo que pertence a uma realidade à qual não pertence o autor, no caso de José Lins, seja essa realidade qual for a realidade sueca, por exemplo. A aproximação com o real, para ele, tinha de ser orgânica.

E, tratando disso, já estamos com um pé dentro daquele desacordo em relação ao que em geral os intelectuais de esquerda consideravam

bom romance. A existência desse desacordo fica clara nos dois primeiros artigos críticos que publica sobre seus companheiros de geração. Em 1934, ao tratar de *Doidinho*, ele deixará claro que a objetividade não é sinônimo de qualidade:

O que há é que no primeiro, o *Menino de engenho* celebradíssimo, existem descrições que poderiam desaparecer sem desvantagem, uma queimada e uma enchente por exemplo, bem feitas, mas que já foram exploradas por literatos de outras épocas, o finado José de Alencar e o finado Graça Aranha inclusive. Esta opinião não tem importância. De ordinário o que se julga melhor no romance é exatamente a parte objetiva, e é provável que essas duas tiradas, ricas em minudências, semelhantes às fotografias que Balzac e os realistas aproveitaram, hajam concorrido para tornar *Menino de engenho* uma história admirada por toda a gente. A verdade é que o Sr. Lins do Rego não precisa recorrer ao pitoresco para dar vida às suas criações. Nesse *Doidinho* excelente não há excesso de tintas. As coisas não nos aparecem como são (e quem sabe lá como são as coisas?), mas como o personagem principal as vê. Esse personagem, sujeito inteligente e com um parafuso frouxo, transmite-nos ampliados e interessantes os fatos mais corriqueiros (RAMOS, 2012, p. 134-135).

Muito ao contrário. A excelência de *Doidinho* está no filtro subjetivo que apresenta os fatos ao leitor. Em uma palavra: a introspecção. O que dá sustentação ao romance é a subjetividade das personagens, e não as peripécias que vivem; a realidade que elas veem e sentem, e não uma realidade objetiva com valor absoluto que independe do indivíduo.

O mesmo se revela na apreciação de *Suor*, feita no início de 1935. É bem verdade que a realidade observada e vivida pelo escritor em um casarão da ladeira do Pelourinho, em Salvador, será fundamental, na visão de Graciliano Ramos, para o bom resultado que o livro atinge, já que ele inicia suas considerações tratando de “uma literatura antipática e insincera, que só usa expressões corretas, só se ocupa de coisas agradáveis” (RAMOS, 1962, p. 94), à qual Jorge Amado se oporia, e

termina o artigo dizendo que em “*Suor* há um personagem de carne e osso muito mais importante que os outros; é Jorge Amado, que morou na ladeira do Pelourinho, 68 e lá conheceu Maria Cabassu e todos aqueles seres estragados que lhe forneceram material para um excelente romance” (RAMOS, 1962, p. 98). Mas, por outro lado, combate a visão do próprio Jorge Amado – que, naquela altura, pode ser considerada a visão privilegiada do que seria o romance da esquerda no Brasil – segundo a qual o romance novo, proletário, aboliria o herói para poder tratar dos movimentos coletivos.⁵ Diria Graciliano:

O Sr. Jorge Amado tem dito várias vezes que o romance moderno vai suprimir o personagem, matar o indivíduo. O que interessa é o grupo – uma cidade inteira, um colégio, uma fábrica, um engenho de açúcar. Se isso fosse verdade, os romancistas ficariam em grande atrapalhão. Toda a análise introspectiva desapareceria. A obra ganharia em superfície, perderia em profundidade.

Ora, em *Suor* há personagens, personagens pouco numerosos (RAMOS, 1962, p. 97).

Mais uma vez, o que o escritor enxerga como excelência vem da exploração da psicologia individual, dos personagens isolados em seus quartos e não da totalidade dos habitantes do casarão, no caso de *Suor*. Em um tempo em que a oposição entre norte e sul também era a oposição entre literatura social e literatura psicológica, pode-se ver claramente que Graciliano Ramos não se sente à vontade para excluir nem uma coisa nem outra. Sim, a realidade precisa estar na base do romance. Mas o que é a realidade no romance? É aquilo que o personagem percebe individualmente como realidade. Não há realidade fora do indivíduo, ou seja, não há separação entre realidade objetiva e subjetividade. Todos os esforços no sentido de manter essa separação serão inúteis, gerarão obras falhas.

É exatamente por isso que aquele “Porão”, de Newton Freitas, é boa literatura, por ser realidade vivida. Ao mesmo tempo, falta-lhe algo:

⁵Ver: Amado (1933, p. 292). Neste artigo ele sumariza sua concepção de romance proletário.

O autor só nos mostra a parte externa dos indivíduos. As suas personagens andam bem, falam, mexem-se. Notamos os seus movimentos e vemos onde elas pisam, mas não percebemos o interior delas. [...] Seria preferível que, em vez de vermos um soldado empurrando brutalmente os presos por uma escada, com o cano de uma pistola, sentíssemos as reações que o soldado, a pistola e a escada provocaram na mente dos prisioneiros. Tendo da multidão que nos descreve uma visão puramente objetiva, Newton esgotou o assunto depressa, e a narrativa saiu curta (RAMOS, 1962, p. 100-101).

A literatura de ficção não se realiza plenamente sem que a psicologia individual se desenvolva – é isso que Graciliano Ramos afirma aqui com todas as letras.

Ora, Octávio de Faria enjoou de fazer afirmações compatíveis com essa, de repetir que o verdadeiro romance, para ele, teria uma profundidade que não pode ser entendida como outra coisa que não densidade psicológica. Ocorre, no entanto, que, para o romancista da *Tragédia burguesa*, o que define essa densidade psicológica é um grande conflito moral em que vive o sujeito moderno, dividido entre o apelo de Deus e o da carne, entre o espírito que quer viver a mensagem de Cristo e o apego ao prazer terreno. Ele chega a criar dois personagens que tipificam essas tendências, Branco e Pedro Borges, cuja luta dá corpo ao seu romance cíclico.

E, para Graciliano Ramos, de onde viria essa profundidade psicológica? Em mais um curto-circuito conceitual que seu pensamento crítico nos propõe, ela viria da própria realidade. E isso ele explicita em um artigo tardio, considerando sua pequena produção crítica, publicado apenas em dezembro de 1945: “O fator econômico no romance brasileiro”. Este texto se abre com uma afirmação bastante direta e incisiva: “a leitura dos romances brasileiros, até dos melhores, quase sempre nos dá a impressão de que os nossos escritores não conseguem fazer senão trabalhos incompletos” (RAMOS, 1962, p. 256). Essa incompletude viria da ignorância de “tudo quanto se refere à economia” (RAMOS, 1962, p. 256).

Isso, é claro, afetaria os romances “espiritualistas”, em que se veriam dramas imotivados: “Ignoramos, porém, se os sofrimentos daqueles homens requintados têm uma origem puramente religiosa ou se eles criam desgostos por falta de ocupação” (RAMOS, 1962, p. 258). Segundo ele, isso se dá porque “alguns escritores se habituem a utilizar em romance apenas coisas de natureza subjetiva” (RAMOS, 1962, p. 259).

Mas não só. Essa incompletude também marcaria presença na literatura voltada para a realidade social brasileira, e aqui mais uma vez, ele não teria pudor em apontar o dedo para seus confrades mais próximos, como Jorge Amado: “em *Jubiabá* mexe-se uma gente vagabunda, que vive de pequenos furtos e contrabandos. O trabalho aparece aí quase como um prazer e torna meio inconsequente esse livro notável” (RAMOS, 1962, p. 258).

Ninguém se salva.⁶ E isso acontece porque, se é preciso ir além da subjetividade, o dado objetivo também é insuficiente. Repugna-lhe a explicação apressada, fruto do senso comum: “dizer que um ato reprovável foi praticado porque o seu autor obedeceu a um impulso irresistível é pouco: isso satisfaz o leitor de notas policiais” (RAMOS, 1962, p. 261). O que seria necessário fazer, então? A resposta que dá é a seguinte: “romanceando, por exemplo, o crime e a loucura, está visto que ele [o romancista] deve visitar os seus heróis na cadeia e no hospício, mas se quiser realizar obra completa, precisa conhecê-los antes de chegar aí, acompanhá-los na fábrica ou na loja, no escritório ou no campo de plantação” (RAMOS, 1962, p. 261). Afinal, “a obrigação do romancista não é condenar nem perdoar a malvadez: é analisá-la, explicá-la” (RAMOS, 1962, p. 261-262).

Registrar os atos das personagens é apenas parte da tarefa. É preciso descobrir-lhes as motivações, capturar aquilo que lhes deu origem. Um dado indivíduo pode ser malvado, criminoso ou louco. Mas o que o levou a isso? Graciliano indica que a resposta está na vida

⁶ Note-se, de passagem, que não seria falha exclusiva dos autores brasileiros, e ele o aponta até mesmo em Dostoiévski, que teria feito, em *Crime e castigo*, Svidrigailoff suicidar-se “expressamente com o fim de deixar alguns milhares de rublos àquela gente [Raskolnikoff e a irmã, Sônia e o resto da família do bêbedor] sem recursos” (RAMOS, 1962, p. 260).

cotidiana, em que esses indivíduos se veem apertados pelo padrão e pelas dívidas. O romance se funda no real, que, por sua vez, funda-se na psicologia individual que, fechando o circuito, funda-se novamente no real. Essa concepção revela inequivocamente o credo marxista do escritor, sua confiança em uma base econômica objetiva para os dramas humanos. Não podemos, todavia, esquecer que o crítico deste artigo é o mesmo que duvida constantemente do dado objetivo e chegou a se perguntar “quem sabe lá como as coisas são?” (RAMOS, 2012, p. 135).

Revela, sobretudo, uma percepção muito fina de que o romance é um gênero que só se realiza plenamente quando se detém sobre o indivíduo e captura, dentro dele, como aquela base econômica é percebida e se transforma em motor para atos concretos, os quais, sozinha, a base econômica seria incapaz de produzir. Assim, não há propriamente oposição, para retomar os termos utilizados em “Norte e sul”, entre “coisas que existem na realidade” e “fatos existentes na imaginação”. Os escritores não estão obrigados a optar por umas ou pelos outros. Ou, antes, não devem fazê-lo. Necessitam é de um compromisso entre esses elementos que um contexto específico de luta política e literária no Brasil alojou em lugares opostos. Em outras palavras, o necessário é que a imaginação opere sobre uma base sólida de experiência, que tenha os pés fortemente plantados na realidade. Assumir a responsabilidade como artista, para o crítico e para o romancista Graciliano Ramos, vem desse gesto complexo que é uma visão sobre a sociedade e é uma visão sobre a arte.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, F. M. Rodrigues. *O sociologismo e a imaginação no romance brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- AMADO, Jorge. P. S. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, p. 292, ago. 1933.

BORGES, José Carlos Cavalcanti. Coração de d. Iaiá. *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, p. 3, 15 jul. 1939.

FARIA, Octávio de. O defunto se levanta. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 maio 1937, quarta seção, p. 1.

FREYRE, Gilberto. Sociologia e literatura. *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 15, nov. 1936.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Salvador: Edufba, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Cartas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. São Paulo: Martins, 1962.

RAMOS, Graciliano. *Garranchos*. Organização de Thiago Mío Salla. Rio de Janeiro: Record, 2012.